

PROMOÇÃO DA EMPATIA E DIREITOS HUMANOS ENTRE ESTUDANTES: USO DA TÉCNICA RACIONAL-AFETIVA NA ESCOLA PÚBLICA

PROMOTING EMPATHY AND HUMAN RIGHTS AMONG STUDENTS: USING THE RATIONAL-AFFECTIVE TECHNIQUE IN PUBLIC SCHOOLS

Diego Vinicius Lara de Souza¹

Jonathan Henrique dos Santos Costa²

Layara Emily da Silva Penha³

Rízia Maressa Dantas Santos⁴

Ana Ludmila Freire Costa⁵

Pablo Vicente Mendes de Oliveira Queiroz⁶

Resumo: O desenvolvimento da empatia e a difusão da educação em Direitos Humanos entre adolescentes configuram-se como estratégias fundamentais para a formação de sujeitos críticos, éticos e socialmente comprometidos. No ambiente escolar, tais práticas educativas possibilitam a reflexão sobre desigualdades estruturais e a problematização de estereótipos naturalizados. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar evidências preliminares acerca do potencial da

1 Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

2 Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

3 Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

4 Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

5 Possui graduação (2004), mestrado (2006) e doutorado (2014) em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com período de doutorado sanduíche na Universidad Complutense de Madrid

6 Graduado em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2008), Mestre em Psicologia pela UFPB (2011), Doutor em Psicologia Social pela UFPB (2015) e Doutor em Psicologia (Psicogerontologia - Perspectivas do Ciclo Vital) pela Universidade de Valência (UV) - Espanha (2015). Atualmente é Professor Adjunto da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairí (FACISA), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

técnica racional-afetiva na promoção da empatia e na redução de crenças sexistas entre adolescentes do ensino médio. O estudo ocorreu em uma escola pública do município de Santa Cruz, cidade do interior do Rio Grande do Norte, marcada notadamente por um contexto sociocultural conservador. Para tanto, foram realizadas dez intervenções fundamentadas na técnica racional-afetiva com a participação de 55 estudantes, distribuídos entre o grupo de intervenção e o grupo de comparação. As intervenções foram avaliadas utilizando a Escala de Machismo Sexual (SEM-Sexismo-12) e questões abertas, constituindo uma estratégia metodológica mista. Os dados indicaram que o grupo de intervenção apresentou escores significativamente mais baixos de adesão a crenças machistas, além de apresentar maior consciência crítica nas respostas discursivas. Em contrapartida, no grupo comparação, prevaleceram percepções superficiais ou sustentadas em estereótipos, sugerindo possíveis contribuições das intervenções para a reflexão crítica dos participantes. Conclui-se que projetos dessa natureza representam importantes ferramentas de promoção dos direitos humanos e de combate a estereótipos de gênero no ambiente escolar. Os resultados apontam para a necessidade de ampliar e consolidar iniciativas semelhantes em diferentes espaços educativos, de modo a contribuir para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com os direitos dos grupos minoritários.

Palavras-chave: Direitos humanos. Técnica racional-afetiva. Empatia. Machismo.

Abstract: The development of empathy and the promotion of Human Rights education among adolescents constitute fundamental strategies for fostering critical, ethical, and socially engaged individuals. Within the school setting, such educational practices encourage reflection on structural inequalities and the critical examination of naturalized stereotypes. In this context, the present study aimed to analyze preliminary evidence regarding the potential of the rational-affective technique to promote empathy and reduce sexist beliefs among high school students. The study was conducted in a public school in the municipality of Santa Cruz, an inland city in the state of Rio Grande do Norte, Brazil, characterized by a predominantly conservative sociocultural context. Ten interventions based

on the rational-affective technique were carried out with the participation of 55 students, who were allocated to either the intervention group or the comparison group. The interventions were evaluated using the Sexual Machismo Scale (SEM-Sexism-12) and open-ended questions, constituting a mixed-methods approach. The findings indicated that the intervention group showed significantly lower levels of endorsement of sexist beliefs, as well as greater critical awareness in their qualitative responses. In contrast, participants in the comparison group predominantly expressed superficial perceptions or views grounded in gender stereotypes, suggesting that the interventions contributed to fostering critical reflection. It is concluded that initiatives of this nature represent important tools for promoting human rights and combating gender stereotypes within the school environment. The findings highlight the need to expand and strengthen similar initiatives across different educational settings in order to contribute to the development of critical individuals committed to the rights of minority groups.

Keywords: Human rights. Rational-affective technique. Empathy. Sexism.

INTRODUÇÃO

As mulheres no Brasil configuram um grupo social historicamente vulnerabilizado, não apenas pela violência direta, mas também por processos estruturais e institucionais que reforçam sua condição de desigualdade e violência simbólica. Conforme discutido por Azambuja e Nogueira (2008), a construção histórica dos direitos humanos excluiu durante décadas as especificidades de gênero. Documentos fundadores, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, foram elaborados com uma linguagem e um foco que invisibilizam as mulheres, e a própria nomenclatura inicial, ao referir-se ao “Direitos dos Homens”, refletia a exclusão simbólica e concreta das mulheres dos espaços de decisão e da garantia de direitos básicos.

Somente a partir da década de 1960, com o fortalecimento dos movimentos feministas internacionais, as questões de gênero começaram a ser incorporadas como pauta central nos

debates sobre direitos humanos (Bandeira & Almeida, 2004). Essa mobilização resultou em marcos importantes como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), de 1979 e a conferência das Nações Unidas, em 1993, que reconheceu a violência contra as mulheres como violação dos direitos humanos. Tais formulações ampliaram a compreensão da temática não apenas como um problema individual ou familiar, mas como uma grave questão de nível macrossocial, exigindo respostas institucionais articuladas e efetivas.

Hodiernamente, o arcabouço legal ratificado na CEDAW (ONU, 1979) por diversos países incluindo o Brasil, embora vital e necessário, é visto apenas como um dos primeiros passos (Bardzell, 2016) para se alcançar a igualdade de gênero, sendo necessárias ações que de fato efetivem os objetivos da convenção. Partindo disso, diversas pesquisas têm proposto maneiras para a realização dessa mudança de cenário, destacando-se formulações teóricas (Guthridge et al., 2023; Pedwell, 2012) e empíricas (Bongiorno et al., 2019; García-Senlle et al., 2024; Hudson-Flege et al., 2018; Zerbe et al., 2008) que postulam intervenções baseadas na empatia para a transformação de estereótipos e preconceitos relacionados às mulheres.

Pedwell (2012) postula que experiências empáticas podem gerar transformações afetivas que desestabilizam pressupostos naturalizados sobre gênero, desafiando a reprodução de hierarquias apriorísticas perpetuadas na sociedade e abrindo espaço para novas formas de intersubjetividade. De modo complementar, Guthridge et al. (2023) a partir de uma perspectiva da neurociência da empatia propõem que intervenções fundamentadas na empatia afetiva podem funcionar como ferramenta para a modificação de crenças, emoções e comportamentos que sustentam a discriminação contra mulheres.

Estudos empíricos corroboram essas formulações teóricas ao demonstrar que a empatia exerce papel central na redução de atitudes sexistas e comportamentos discriminatórios. García-Senlle et al. (2024) verificaram que níveis mais elevados de empatia, especialmente cognitiva, associam-se a menores índices de sexismo hostil entre adolescentes, enquanto déficits empáticos estão vinculados à manutenção de crenças tradicionais de gênero. De modo semelhante, Zerbe et al. (2008)

observaram que a perspectiva empática influencia os julgamentos acerca de situações de assédio sexual, ampliando a sensibilidade moral dos observadores. Em contexto universitário, Hudson-Flege et al. (2018) identificaram que altos níveis de empatia atuam como moderadores de fatores de risco para a perpetração de violência sexual entre homens, reduzindo significativamente a probabilidade de comportamentos agressivos. Complementarmente, Bongiorno et al. (2020) demonstraram que o nível de atribuição da empatia a partir da tomada de perspectiva exerce papel central na forma como homens e mulheres interpretam situações de violência de gênero, evidenciando que, para diminuir atitudes machistas e de naturalização da violência sexual, faz-se importante não somente promover mais empatia direcionada à vítima, mas também compreender por quais razões se é atribuída empatia aos agressores. Em conjunto, esses estudos reforçam que a compreensão do papel da empatia e o fortalecimento desta, tanto em sua dimensão afetiva quanto cognitiva, constitui uma via empiricamente sustentada para o enfrentamento de desigualdades e violências de gênero.

Na presente pesquisa, utilizou-se a técnica racional-afetiva como método das intervenções (Galvão, 2010), a qual articula de forma integrada as duas dimensões da empatia — afetiva e cognitiva. A empatia afetiva, conforme descrita por Baron-Cohen e Wheelwright (2004), refere-se à capacidade de experimentar uma resposta emocional apropriada ao estado emocional de outra pessoa. Já a empatia cognitiva, segundo Davis (1980), envolve a habilidade de adotar a perspectiva do outro, compreender seus pensamentos, intenções e emoções por meio de um processo mental de descentração e tomada de perspectiva. Assim, enquanto a primeira mobiliza o envolvimento emocional e a sensibilidade moral, a segunda possibilita interpretar e compreender racionalmente as experiências e sentimentos de outra pessoa. Integradas, essas duas dimensões permitem não apenas reconhecer cognitivamente o estado do outro, mas também sentir-se afetado por ele, o que potencializa processos de reflexão crítica e mudança atitudinal.

Dessa maneira, a técnica empregada integra elementos cognitivos e afetivos, combinando diferentes recursos com o propósito de favorecer reflexões e estimular a ampliação de perspectivas entre os participantes. De acordo com Galvão (2010), essa proposta envolve: (a) discussão de dilemas

morais, conforme o modelo racional-discursivo de Kohlberg, que estimula a reflexão sobre valores e princípios éticos; (b) realização de atividades afetivas e expressivas, nas quais são utilizadas técnicas do psicodrama — como dramatizações, inversão de papéis e o uso do espelhamento — para favorecer a vivência emocional e a tomada de perspectiva; e (c) uso de recursos audiovisuais e narrativos, como filmes, vídeos e histórias, que despertam a empatia e ampliam a capacidade de identificação com as situações morais apresentadas. Por meio dessa combinação, buscou-se que os participantes não apenas analisassem racionalmente os dilemas, mas também se envolvessem afetivamente com as experiências retratadas, o que possibilitaria compreender e sentir o que os personagens poderiam estar vivenciando.

A técnica tem sido empregada em pesquisas-intervenção que relatam resultados favoráveis no desenvolvimento da empatia. Gonçalves et al. (2020) ao aplicarem a técnica com estudantes universitários a partir da temática de adolescentes em conflito com a lei, observaram que a vivência favoreceu processos de descentração cognitiva, expressão emocional e problematização de discursos punitivistas, possibilitando uma compreensão mais crítica das desigualdades sociais que atravessam essas trajetórias. De modo semelhante, Dutra et al. (2020), ao investigarem a promoção da empatia em crianças como estratégia para redução de comportamentos agressivos, identificaram associações entre intervenções fundamentadas na técnica racional-afetiva e o fortalecimento de atitudes pró-sociais, bem como a diminuição de respostas agressivas entre os participantes. Em conjunto, esses estudos sugerem o potencial da técnica racional-afetiva em diferentes contextos educacionais. Entretanto, ainda são escassas investigações voltadas à sua aplicação com adolescentes do ensino médio, especialmente em contextos interioranos e socioculturais conservadores, lacuna que o presente estudo busca explorar.

Nessa perspectiva, o presente estudo teve como objetivo investigar possíveis contribuições da técnica racional-afetiva para reflexões relacionadas à empatia e à redução de crenças sexistas entre adolescentes do ensino médio, a partir da temática dos direitos das mulheres, em uma escola pública do município de Santa Cruz, localizado no interior do Rio Grande do Norte e marcado por um contexto sociocultural notadamente conservador. Trata-se de uma cidade de médio porte, com

população aproximada de 40 mil habitantes, conforme o último censo do IBGE (2022), cujo principal marcador identitário é de natureza religiosa. O município configura-se como importante destino de turismo religioso, abrigando a maior estátua católica do mundo e reunindo mais de 100 mil pessoas na procissão em homenagem à padroeira da cidade. Essa conjunção entre características interioranas e religiosas contribui para que práticas e valores conservadores estejam profundamente arraigados no cotidiano local, reforçando a reprodução de estereótipos de gênero (Costa et al., 2023).

Para investigar possíveis diferenças entre os participantes submetidos e não submetidos às intervenções, comparou-se o grupo composto pelos alunos que participaram do projeto (grupo de intervenção) com um grupo formado por estudantes da mesma escola e faixa etária que não participaram do projeto (grupo de comparação). Para tanto, utilizaram-se análises quantitativas e qualitativas que serão pormenorizadas nas seções subsequentes.

METODOLOGIA

Descrição das intervenções

Trata-se de um estudo de métodos mistos, de caráter exploratório e delineamento quase-experimental, realizado com grupos não randomizados. Foram realizadas dez intervenções (tabela 1), com duração aproximada de 50 minutos, realizadas na própria sala de aula. No primeiro encontro, apresentou-se o projeto, seus objetivos e os combinados iniciais. Os temas das intervenções foram sendo definidos de forma coletiva, a partir do diálogo com os estudantes ao longo do desenvolvimento do projeto. Utilizou-se como materiais o projetor da sala, caixas de som, cartolinas, folhas de papel A4, canetas e textos impressos. Além disso, todas as atividades buscaram integrar processos de reflexão crítica (empatia cognitiva) e de sensibilização emocional (empatia afetiva).

Nesse sentido, cada encontro foi estruturado de modo a combinar momentos expositivos e de debate, que favoreceram a análise racional de conceitos, leis e dados históricos, com atividades participativas capazes de mobilizar emoções e despertar a atenção para situações concretas de

desigualdade vivenciadas pelas mulheres.

Um exemplo dessa articulação deu-se no encontro seis, que teve por temática a dignidade menstrual. Inicialmente, trabalhou-se a dimensão cognitiva por meio da chuva de ideias e da apresentação de conteúdos sobre o ciclo menstrual, os tabus culturais e a legislação que garante o acesso a produtos de higiene menstrual. Em seguida, foi realizada uma dramatização de uma personagem fictícia que vivenciava constrangimentos e dificuldades ao menstruar pela primeira vez, permitindo que os estudantes se colocassem em seu lugar e refletissem sobre sentimentos de vergonha, dor e exclusão. O compartilhamento posterior favoreceu a construção coletiva de soluções e atitudes de apoio, aproximando os alunos da realidade de mulheres em situação de vulnerabilidade.

Outro exemplo foi a intervenção sobre violência obstétrica. Após introdução por meio da contextualização teórica e relacionando o tema aos Direitos Humanos, os estudantes foram organizados em grupos e convidados a analisar relatos fictícios. Esses relatos descreviam práticas em ambiente de parto que poderiam ou não configurar violência obstétrica. Ao debaterem coletivamente, os alunos refletiram de maneira racional sobre quais condutas eram ou não violadoras, ao mesmo tempo em que eram convidados a se sensibilizar com a experiência da mulher nessas situações, mobilizando a empatia em relação ao sofrimento físico e emocional.

Em todos os encontros a utilização da técnica racional-afetiva tornou possível não apenas a transmissão e incorporação de informações sobre as temáticas, mas também a criação de um ambiente de envolvimento coletivo propício para a desconstrução de estigmas e estereótipos. Um resumo com as temáticas trabalhadas pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1

Temáticas Trabalhadas

Encontro	Atividade
01	Apresentação do projeto e combinados iniciais
02	O que são os Direitos Humanos e por que devemos conhecê-los?
03	O lugar de cuidado da mulher
04	Mulheres no esporte com recorte racial

05	Assédio sexual
06	Dignidade menstrual
07	Violência obstétrica
08	Misoginia na internet
09	Feminismo
10	Aplicação dos instrumentos e encerramento do projeto

Participantes

Os participantes foram 55 alunos da 1ª série do ensino médio de uma escola pública do interior do Rio Grande do Norte. O grupo de alunos que não participaram do projeto foi composto por 28 estudantes, com idade média de 15,32 anos (DP = 0,476), sendo 64,3% do sexo feminino e 35,7% do sexo masculino. O grupo que participou das intervenções, por sua vez, foi composto por 27 participantes, com média de idade de 15,78 anos (DP = 0,641), sendo 48,1% do sexo feminino e 51,9% do sexo masculino. A escola foi selecionada por conveniência, a partir de articulação institucional com a gestão escolar, que autorizou a realização do projeto e indicou as turmas participantes.

Instrumentos

Ao final do projeto, os participantes responderam a um questionário sociodemográfico (contendo informações sobre idade, identidade de gênero, estado civil, identificação étnico-racial, local de residência, ocupação, renda familiar mensal e religião); à Escala de Machismo Sexual (SEM-Sexismo-12) (Rodríguez et al., 2010; Silva et al., 2020); e a duas perguntas abertas, respondidas de forma escrita (“O que você pensa sobre a situação das mulheres no Brasil?” e “A participação nos nossos encontros mudou algo na sua forma de pensar sobre a situação das mulheres? O quê?”). Os mesmos instrumentos foram aplicados ao grupo comparação, com exceção da segunda pergunta aberta, que foi omitida por não ter havido intervenções com esse grupo. A aplicação dos instrumentos ocorreu no último encontro com o grupo de intervenção e em um dia específico destinado pela escola

para o grupo de comparação, com duração aproximada de 30 minutos em ambos os casos.

Optou-se pela utilização da Escala de Machismo Sexual em razão dela representar uma das expressões mais evidentes e persistentes do machismo estrutural. Esse tipo de machismo manifesta-se por meio de crenças, atitudes e comportamentos que reforçam a suposta superioridade masculina nas relações afetivas e sexuais, sustentando a objetificação da mulher e a naturalização do controle sobre seu corpo e sua sexualidade (Rodriguez et. al, 2010). Conforme Rodriguez et. al, (2010), o machismo sexual, ainda que nem sempre se manifeste de forma explícita ou violenta, perpetua desigualdades ao legitimar práticas como a infidelidade masculina, a exigência de submissão sexual feminina e a responsabilização exclusiva das mulheres pela prevenção de gestações e infecções sexualmente transmissíveis.

Antes da comparação entre os grupos, verificou-se a consistência interna da Escala utilizada no estudo. O coeficiente alfa de Cronbach obtido para todos os participantes, foi de $\alpha = 0,83$, indicando alta consistência interna do instrumento na amostra analisada. Para fins comparativos, no contexto original hispânico do desenvolvimento do instrumento, Rodriguez et. al (2010) reportaram $\alpha = 0,91$, enquanto na adaptação brasileira, Silva et al. (2020) em dois estudos independentes encontraram valores de $\alpha = 0,81$ (Estudo 1) e $\alpha = 0,65$ (Estudo 2). Esses achados demonstram que a escala mantém índices de consistência satisfatórios em diferentes amostras.

Procedimentos de análise de dados

Para análise dos dados das perguntas abertas utilizou-se o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (1977/2016) que foi realizada a partir de três etapas principais: pré-análise, codificação e interpretação dos resultados. Na pré-análise, realizou-se leitura flutuante de todas as respostas, buscando familiarização com o corpus e identificação preliminar de unidades de sentido.

O processo de codificação ocorreu durante uma oficina de análise de conteúdo supervisionada pelo orientador da pesquisa, pesquisador com experiência em métodos e análises qualitativas. Os

estudantes participantes foram divididos em grupos e responsáveis pela construção inicial das categorias temáticas referentes às respostas dos grupos. As categorias foram construídas de forma indutiva, emergindo do próprio material empírico, respeitando os critérios de pertinência temática, homogeneidade e exclusividade (Bardin, 1977/2016). Posteriormente, todas as categorias produzidas foram revisadas coletivamente pelos autores responsáveis pela redação do artigo e pelo orientador da pesquisa, buscando reduzir ambiguidades interpretativas e alcançar consenso quanto à classificação final das respostas.

Para a consolidação das categorias utilizou-se o conceito de saturação teórica que é atingida quando a inclusão de novos dados deixa de acrescentar elementos substantivamente novos, passando a ocorrer recorrência e redundância temática no material empírico (Fontanella, Ricas & Turato, 2008). Observou-se que, nas etapas finais da exploração do corpus, as respostas passaram a apresentar repetição de núcleos de sentido já identificados anteriormente, sem emergência de categorias tematicamente relevantes adicionais, indicando saturação temática. Tal processo foi acompanhado continuamente durante as discussões analíticas conduzidas na oficina e nas revisões posteriores do material. Após a consolidação das categorias, realizou-se a etapa de interpretação dos dados que será pormenorizada nos resultados.

A análise dos dados provenientes da Escala de Machismo Sexual foi realizada por meio do software Statistical Package for the Social Sciences (Versão 27), ferramenta amplamente utilizada em pesquisas das Ciências Humanas e Sociais pela sua precisão estatística, acessibilidade de interface e capacidade de gerar relatórios confiáveis e claros (Field, 2005/2009). Esta análise quantitativa foi articulada com a análise qualitativa das perguntas abertas do questionário, compondo uma estratégia metodológica mista.

Procedimentos éticos

O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio

Grande do Norte, CAEE 39788720.6.0000.5568. Foram observadas todas as recomendações éticas previstas nas resoluções número 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Os responsáveis legais dos participantes (todos com menos de 18 anos de idade) assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e os estudantes assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

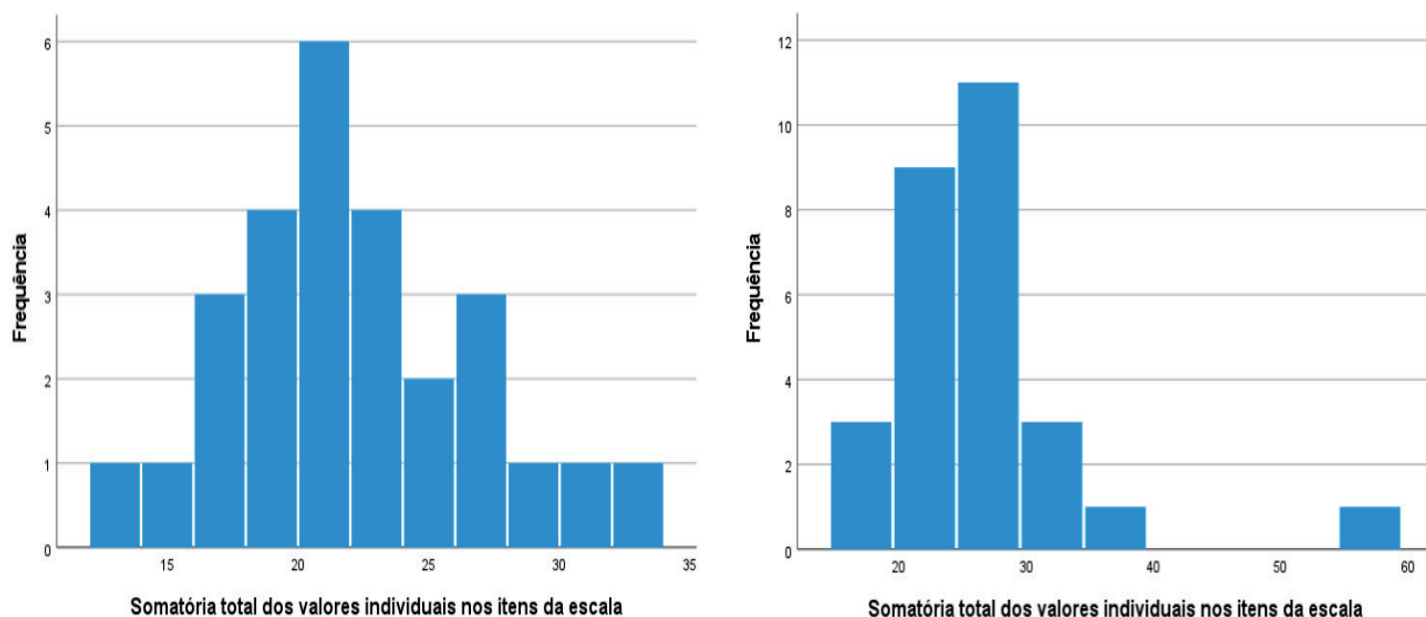
Diferenças entre grupos a partir da escala de Machismo Sexual

Os dados obtidos por meio da escala foram analisados com o teste não paramétrico de Mann-Whitney a fim de identificar possíveis diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de intervenção e de comparação. A escolha desse teste ocorreu em decorrência da não normalidade do grupo de comparação (Kolmogorov-Smirnov, $p = 0,013$; Shapiro-Wilk, $p < 0,001$), do tamanho reduzido das amostras e da necessidade de comparação entre apenas dois grupos. Foi estabelecido o nível de significância de 0,05 ($p < 0,05$) para rejeição da hipótese nula (H_0 : Não há diferença nos grupos em relação aos escores de machismo sexual), e utilizou-se um teste bicaudal, tendo em vista que a intervenção poderia produzir um efeito contrário ao esperado e aumentar os níveis de machismo, o que, embora indesejável, seria possível.

O teste de Mann-Whitney pode ser interpretado de duas maneiras, se as distribuições dos dois grupos têm o mesmo formato (diferindo só na posição) a diferença detectada pode ser interpretada como diferença de medianas. Se as distribuições têm formatos diferentes, o teste ainda indica diferença, mas aí o que se está comparando são os postos médios, e não a mediana em si (Hart, 2001). No caso da análise dos grupos nota-se (Figura 01) que as distribuições não têm o mesmo formato e, portanto, utilizou-se o teste não-paramétrico para a comparação dos postos médios.

Figura 1

Histogramas Elaborados pelo Software SPSS (Versão 27), respectivamente grupo de intervenção e grupo de comparação.



A comparação entre os grupos revelou que o grupo submetido à intervenção baseada na Técnica Racional-Afetiva apresentou escores significativamente mais baixos nos escores totais da Escala de Machismo Sexual ($U = 214$; $p = 0,006$), indicando menor adesão a crenças machistas. Itens específicos da escala também apresentaram diferenças relevantes: os participantes do grupo de intervenção mostraram menor concordância com afirmações machistas nos itens dois ($U = 234,5$; $p = 0,013$), sete ($U = 260,5$; $p = 0,018$), onze ($U = 235,5$; $p = 0,010$) e doze ($U = 204,5$; $p = 0,002$). Esses resultados sugerem diferenças importantes nas compreensões acerca das relações de gênero e sexualidade (Ver tabela 2).

Tabela 2 - Dados Após Análise no Software SPSS (Versão 27)

Itens	Postos Médios		Somatória dos postos		U de Mann-Whitney	Escore z	Nível de significância
	Grupo de comparação (n=28)	Grupo intervenção (n=27)	Grupo de comparação (n=28)	Grupo intervenção (n=27)			
Item 01- Somente homens podem fazer sexo antes do casamento.	27,84	28,17	779,5	760,5	373,5	-0,085	0,940
Item 02- Homens podem ter filhos fora do casamento.	33,13	22,69	927,5	612,5	234,5	-2,50	0,013
Item 03- Só os homens podem ter experiência sexual.	26,57	29,48	744	796	338	-0,76	0,454
Item 04- Um homem pode ter sua primeira relação sexual com uma pessoa que não seja sua companheira.	31,66	24,20	886,5	653,5	275,5	-1,79	0,075
Item 05- Um homem casado ou em um relacionamento pode ter relações sexuais com prostitutas.	28,95	27,02	810,5	729,5	351,5	-0,56	0,581
Item 06- Uma mulher deve aceitar a infidelidade/ traição do seu companheiro.	27,68	28,33	775	765	369	-0,19	0,859

Item 07- Um homem precisa ter várias parceiras sexuais.	32,20	23,65	901,5	638,5	260,5	-2,40	0,018
Item 08- Não importa a situação ou estado de humor da mulher, ela deve ter relações sexuais sempre que seu companheiro pedir.	29,52	26,43	826,5	713,5	335,5	-0,856	0,398
Item 09- Um homem pode ter várias parceiras sexuais ao mesmo tempo.	29,91	26,02	837,5	702,5	324,5	-1,015	0,315
Item 10- É dever da mulher se cuidar na relação sexual.	31,79	24,07	890	650	272	-1,835	0,068
Item 11- O homem deve iniciar sua vida sexual na adolescência.	33,09	22,72	926,5	613,5	235,5	-2,576	0,010
Item 12- O pai deve fazer com que seu filho inicie a vida sexual.	34,20	21,57	957,5	582,5	204,5	-3,09	0,002
Machismo sexual total	33,86	21,93	948	592	214	-2,77	0,006

Itens como o quatro ($U = 276$; $p = 0,075$) e dez ($U = 272$; $p = 0,068$) apresentaram tendência à significância, sugerindo que, com maior amostragem, novos resultados poderiam emergir. Em contrapartida, os outros itens não apresentaram diferenças estatisticamente relevantes, o que pode indicar resistência cultural em determinados aspectos ou a necessidade de abordagens mais específicas para certos temas.

Análise de conteúdo das questões discursivas

Os dados obtidos por meio das perguntas abertas evidenciaram percepções distintas entre os grupos, o que se coaduna com os resultados obtidos através da análise quantitativa.

No grupo de intervenção, em resposta à primeira pergunta (“O que você pensa sobre a situação das mulheres no Brasil?”), emergiram quatro categorias centrais. A primeira, denominada desigualdades persistentes e avanços, foi mencionada por 21 participantes. Essa categoria reúne falas que reconhecem conquistas ao longo do tempo, como maior participação social e acesso a direitos, mas que enfatizam a permanência de desigualdades estruturais, seja na esfera social, política ou econômica. Um bom exemplo desse tipo de resposta pode ser observado no trecho do participante 06:

Acho que em meio às diferenças e desigualdades elas estão ganhando cada vez mais seu espaço, lutando e conseguindo o que almeja, a desigualdade claramente ainda continua, mas estamos conseguindo ter poder de voz.

A segunda categoria, violência de gênero, esteve presente em 11 respostas. Nela, os estudantes denunciaram diferentes formas de violência vivenciadas pelas mulheres, incluindo feminicídio, estupro, assédio, abuso sexual e agressões domésticas. Além disso, apontaram as consequências emocionais e psicológicas que tais práticas acarretam, como traumas e sofrimento mental, como mencionado pelo participante 19:

Acho muito triste, porque muitas mulheres passam por situações de estupro,

assédio, feminicídio e muitas outras situações, onde acabam ficando traumatizadas ou com problemas mentais.

A terceira categoria de respostas, machismo e desvalorização, foi identificada em 11 respostas. Os trechos ressaltaram que o machismo estrutural (embora não figure nas respostas por essa denominação) opera como sistema de opressão que inferioriza e reprime as mulheres, naturalizando preconceitos. Essa categoria evidencia a crítica dos participantes à forma como a sociedade brasileira ainda reproduz padrões patriarcais que limitam a autonomia e a dignidade das mulheres. O participante 25 expõe isso:

As mulheres no Brasil desde muitos anos sofrem repressão, seus sentimentos e escolhas sempre são reprimidos, as pessoas acham que mulheres são como objetos que pertencem aos homens e podem fazer o que quiser com elas.

Por fim, a quarta categoria, trabalho e papéis de gênero, foi mencionada por 8 participantes. Essa categoria destacou as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho, como a desigualdade salarial e o assédio laboral, além da sobrecarga com tarefas domésticas e responsabilidades maternas, frequentemente naturalizadas e desigualmente distribuídas em relação aos homens. Um trecho da resposta do participante 11 exemplifica estes casos:

Algumas mulheres infelizmente não têm oportunidade de emprego ou têm, mas não podem ir porque têm filhos e não têm rede de apoio. Também tem a questão dos assédios dos patrões.

Já no grupo de comparação, em resposta à mesma pergunta, a primeira categoria emergida foi a desvalorização da mulher na sociedade, identificada em treze participantes. Essa categoria reuniu falas que apontam a desigualdade de gênero em diferentes esferas, como no mercado de trabalho, nas relações sociais e na vida cotidiana. O Participante 31 expõe isso:

As mulheres no Brasil têm sido muito menosprezadas em diversas questões, tanto na questão financeira quanto nas questões sociais e raciais. A mulher no mercado de trabalho é um dos assuntos que devem ser citados, pois a mulher ganha um salário muito mais baixo que os meninos, mas fazendo as mesmas coisas que os meninos fazem e até melhor.

A segunda categoria denominada controle do corpo, englobou seis respostas e apresentou discursos que ressaltam a forma como o corpo feminino permanece regulado socialmente, seja por normas morais, culturais ou pela vigilância constante de parceiros e da sociedade. Houve também visões moralizantes do corpo, exemplificadas pelo participante 50:

Mulher deve ser feliz sem ficar tendo relações excessivamente, pois causa muitos prejuízos como gravidez, ter que criar uma criança e todos esses processos.

A terceira categoria denominada emancipação, foi identificada em cinco participantes. As falas dessa categoria ressaltaram conquistas femininas, o protagonismo histórico e a luta por direitos, como mencionado pelo participante 32:

Hoje vemos mulheres que marcaram a história, uma delas é Dandara, que mesmo naquele tempo difícil foi forte o suficiente para libertar milhares de escravos, e isso é só um pouco da história da mulher, de resistência que vivemos desde muito tempo, e a mulher nunca foi e nem será um sexo frágil.

A quarta categoria identificada foi culpabilização da mulher, observada em dois participantes. Nela, as falas culpabilizam as próprias mulheres por sua condição de opressão, violência ou desigualdade, evidenciando uma perspectiva moralizante e marcada por estereótipos de gênero. A fala do participante 33 exemplifica a categoria:

Mas agora a porra do feminismo, as mulheres só falam merda, vivem se vitimizando, todo o tempo se acham as donas do pedaço. Elas participam desses grupos de lgbt, trans, que cometem blasfêmia, adultério, vivem farreando.

Por fim, a quinta categoria corresponde às respostas pouco elaboradas, atribuída a seis participantes. Essas respostas foram marcadas pela brevidade e pela ausência de aprofundamento crítico. O Participante 34, por exemplo, limitou-se a afirmar: “A situação é desfavorável às mulheres”.

A partir da comparação da análise qualitativa realizada, o grupo de comparação demonstrou maior adesão a discursos culpabilizadores, e menor capacidade de contextualizar a condição das mulheres a partir de processos sociais e históricos. Esse padrão fica evidente em categorias como controle do corpo, na qual participantes reproduzem uma visão moralizante, responsabilizando a própria mulher por consequências como gravidez ou “excessos” comportamentais. De modo semelhante, as falas de culpabilização da mulher expressam julgamentos normativos que deslocam a responsabilidade da opressão para as próprias vítimas, reforçando estereótipos patriarcais. Assim, além da superficialidade e da ausência de análise crítica (que emergiu como categoria), o grupo de comparação manteve percepções mais fragmentadas, em contraste com o grupo que participou das intervenções, que revelou reflexões mais consistentes, articulando conquistas históricas, reconhecimento de violências e exigência de mudanças sociais.

Na segunda pergunta, que buscava explorar possíveis percepções dos participantes acerca da intervenção (“A participação nos nossos encontros mudou algo na sua forma de pensar sobre a situação das mulheres? O quê?”), verificou-se que a maioria dos estudantes do grupo de participantes da intervenção relatou conscientização (15 participantes) e aumento de informações (8 participantes), indicando mudanças na percepção e ampliação de conhecimentos sobre os direitos das mulheres. Por exemplo, tivemos os seguintes registros:

Sim, me fez pensar e ver como as mulheres são discriminadas na sociedade, no trabalho com salários diferentes dos homens sem falar como é perigoso ser mulher no Brasil e no mundo. Vejo como essas mulheres lutaram para que nós mulheres tivéssemos esses direitos que temos hoje (Participante 23)

Eu me conscientizei mais sobre as situações que as mulheres passam no trabalho, sobre

assédio, desrespeito, abuso psicológico, mudou muito com os encontros que a gente teve. (Participante 11)

Apenas dois participantes se mostraram indiferentes, afirmando não ter percebido alterações relevantes em sua forma de pensar em razão de já possuírem conhecimento sobre o tema; outros dois apresentaram escrita ininteligível.

CONCLUSÃO

O presente estudo possibilitou identificar diferenças entre os grupos analisados, sugerindo que a intervenção fundamentada na técnica racional-afetiva pode favorecer reflexões críticas relacionadas aos direitos das mulheres no contexto escolar.

Os resultados obtidos, tanto a partir da Escala de Machismo Sexual quanto da análise qualitativa das questões abertas, demonstraram que os participantes das intervenções apresentaram maior consciência crítica e menor adesão a crenças sexistas em comparação ao grupo de alunos que não participaram das intervenções. Esse achado reforça a relevância de metodologias que estimulem a empatia como estratégia pedagógica transformadora, capaz de impactar percepções e atitudes.

Conclui-se, portanto, que projetos dessa natureza representam importantes ferramentas de promoção dos direitos humanos e de combate a estereótipos de gênero no ambiente escolar. Nesse processo, a escola configura-se como um espaço estratégico para a introdução de debates sobre direitos humanos, uma vez que possibilita a problematização de desigualdades e a formação de atitudes críticas desde a adolescência. Ainda que o alcance do presente estudo esteja limitado ao contexto específico da amostra investigada, os resultados parecem apontar para a necessidade de ampliar e consolidar iniciativas semelhantes em diferentes espaços educativos, de modo a contribuir para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com os direitos dos grupos minoritários.

Bibliographical References

Azambuja, Mariana P. R. D., & Nogueira, Conceição. (2008). Introdução à violência contra as mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde pública. *Saúde e Sociedade*, 17(3), 101-112. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902008000300011>

Bandeira, Lourdes et al. (2004), *Violência contra as mulheres: a experiência de capacitação de DEAMs da Região Centro-Oeste*. Cadernos Agende. Brasília. [Volume 5]

Bardin, Laurence (2016), *Análise de conteúdo*. Edições 70. São Paulo: L. A. Reto & A. Pinheiro, Trans. [1th ed.]

Bardzell, Arielle Lena (2016), “Eliminating gender stereotyping in the United States through ratification of CEDAW article 10(c)”, *Georgetown Journal of Gender and the Law*, 17(3), 809-820. [Volume 17, Number 3].

Baron-Cohen, Simon; Wheelwright, Sally (2004), “The empathy quotient: an investigation of adults with Asperger syndrome or high functioning autism, and normal sex differences”, *Journal of autism and developmental disorders*, 34(2), 163-175. [Volume 34, Number 2]. <https://doi.org/10.1023/b:jadd.0000022607.19833.00>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2022), “Censo Demográfico 2022”. Censo 2022. Consulted on 08.04.2026, at: <https://censo2022.ibge.gov.br>

Bongiorno, Renata et al. (2020), “ Why women are blamed for being sexually harassed: The effects of empathy for female victims and male perpetrators”, *Psychology of Women Quarterly*, 44(1), 11-27. [Volume 44, Number 1]. <https://doi.org/10.1177/0361684319868730>

Organização das Nações Unidas (1979). “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a mulher (CEDAW). CEDAW. Consulted on 08.04.2026, at: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf.

Costa, Ana Ludmila et al. (2023), “Vivências de sofrimento e resistência em mulheres, negras e membros da comunidade lgbtqi+”, *Revista Psicologia Política*, 23(57), 265-277. [Volume 23, Number 57]. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2023000200265&lng=p

t&lng=pt

Cuff, Benjamin et al. (2016), “Empathy: A review of the concept”, *Emotion review*, 8(2), 144-153. [Volume 8, Number 2]. <https://doi.org/10.1177/1754073914558466>

Davis, Mark H. (1980), “A multidimensional approach to individual differences in empathy”, *JSAS Catalog of Selected Documents in Psychology*, 10, 85. [Volume 10]

Dutra, Marília Pereira et al. (2020), “Promoção da empatia para redução de comportamentos agressivos: análise do grupo focal”, *Brazilian Journal of Development*, 6(7), 46497-46505. [Volume 6, Number 7]. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n7-326>,

Field, Andy (2009), *Descobrimo a estatística usando o SPSS*. Artmed. Porto Alegre: L. Viali, trans. [2th ed.]

Fontanella, Bruno José Barcellos et al. (2008), “Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas”, *Cadernos de saúde pública*, 24, 17-27. [Volume 24]

García-Senlle, Magaly et al. (2024), “Do Boys Empathize Less than Girls? Exploring the Links Among Empathy, Gender and Sexist Attitudes in Adolescents”, *Behavioral Sciences*, 14 (11), 1065. [Volume 14, Number 11]. <https://doi.org/10.3390/bs14111065>

Gonçalves, Anna Beatriz Vieira et al. (2020), “Empatia por adolescentes em conflito com a lei: Pesquisa-Intervenção realizada com estudantes universitários”, *VII Congresso Nacional de Educação*

Guthridge, Michaela; Giummarra, Melita J. (2021), “The taxonomy of empathy: a meta-definition and the nine dimensions of the empathic system”, *Journal of Humanistic Psychology*, 65(6), 1386–1403. [Volume 65, Number 6]. <https://doi.org/10.1177/00221678211018015>

Guthridge, Michaela et al. (2023), “The role of affective empathy in eliminating discrimination against women: A conceptual proposition”, *Human Rights Review*, 24(3), 433-456. [Volume 24, Number 3]. <https://doi.org/10.1007/s12142-023-00692-6>

Galvão, Lilian Kelly de Souza (2010), “Desenvolvimento moral e empatia: Medidas, correlatos e intervenções educacionais”, *Repositório institucional da UFPB*. [Tese de doutoramento, Universidade

org/10.15689/ap.2020.1904.15892.08

Zerbe, Wilfred J. et al. (2008), Emotions, Ethics and Decision-Making. Emerald Group Publishing Limited. Bingley. [Volume 4]. [https://doi.org/10.1016/S1746-9791\(2008\)4](https://doi.org/10.1016/S1746-9791(2008)4)